

Editora-coordenadora
Ileana Borges
iborges@grupotarde.com.br

POLÍTICA

politica@grupotarde.com.br

**MUDANÇAS Deputado Soldado Prisco
deixa PSDB e se filia ao PPS**

www.atarde.com.br/politica

JULGAMENTO Procurador diz que o estado fica satisfeito porque, após mais de 180 dias, o tribunal desatou a questão

TCE rejeita pedido de suspeição de Lino

PATRICIA FRANÇA

O pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-BA) rejeitou, ontem, por unanimidade o pedido de suspeição do conselheiro Pedro Lino feito pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Com a decisão, o conselheiro se mantém à frente da relatoria do processo pelo qual aponta ilegalidades no contrato da Arena Fonte Nova.

Em agosto do ano passado, Lino identificou supostas irregularidades no contrato de Parceria Público-Privada (PPP) firmado em 2010 entre o governo e o consórcio Fonte Nova Participações (FNP), formado pelas construtoras OAS e Odebrecht, para a construção e gerenciamento do estádio.

Também requereu que o pleno do TCE determinasse a suspensão dos repasses à FNP – R\$ 99 milhões anualmente durante 15 anos – e desse 180 dias de prazo para que o contrato seja reformulado em formato mais vantajoso para o erário.

O argumento usado pela PGE para justificar a suspeição do conselheiro Pedro Lino neste processo, foi de que o relator havia manifestado sua opinião sobre o caso na imprensa com o processo ainda em julgamento. O que, segundo a procuradoria, comprometeria a isenção dele enquanto julgador.

Mas o presidente da Corte, conselheiro Inaldo da Paixão,



Adilton Venegoles / Ag. A Tarde

A decisão que envolve o contrato da Arena Fonte Nova foi tomada, por unanimidade, no Tribunal de Contas

“Que, agora, o processo (da Fonte Nova) tenha o seu julgamento concluído o mais rápido”

INALDO DA PAIXÃO, presidente do TCE-BA

ção, relator do processo de suspeição, entendeu que o episódio configurava apenas uma infração administrativa, uma vez que as declarações de Pedro Lino se restringiram ao seu voto, que já era de conhecimento do público.

Recomendou, então, que a Comissão de Ética do tribunal examinasse a possibilidade de o conselheiro ter cometido infração funcional, ao dar entrevistas opinando

sobre o conteúdo do processo antes da conclusão do julgamento.

Neste ponto, contudo, Inaldo da Paixão foi vencido pelos pares. A conselheira Carolina Costa seguiu o relator no mérito, mas votou contra a aplicação de uma infração disciplinar contra Pedro Lino. O conselheiro Gildasio Penedo acompanhou o voto de Carolina Costa, e o conselheiro Marcos Presídio, que havia seguido

o relator, gerando naquele momento um empate, votou atrás, e rejeitou o encaminhamento do caso ao Conselho de Ética.

No julgamento de ontem, o conselheiro Pedro Lino foi representado pelo advogado Domingos Arjones, e a PGE pelo procurador Caio Druso Vita, autor do pedido de Exceção por Impedimento e Suspeição.

Não participaram, além de Pedro Lino, os conselhei-

ros Antonio Honorato, de quem Lino arguiu suspeição por ser seu “inimigo” e ter “laços familiares” com o procurador Caio Druso, e o conselheiro João Bonfim.

Bonfim já havia se declarado impedido de julgar o caso da Fonte Nova, porque é primo do ex-secretário de Trabalho e Esporte Nilton Vasconcelos, que, representando o governo da Bahia, assinou o contrato com o consórcio Odebrecht-OAS.

Defesas

Para o advogado Domingos Arjones, que defendeu Pedro Lino, a decisão dos conselheiros foi uma vitória da cidadania baiana. Disse que, após cinco anos, o processo do caso Fonte Nova poderá ser julgado.

“A sociedade baiana agora terá conhecimento de todos os prejuízos gerados ao erário estadual e aos seus contribuintes”, declarou o advogado. Já o procurador Caio Druso disse que o estado “tinha e mantém a convicção” de que as manifestações públicas de qualquer magistrado devem ser “feitas com moderação” para evitar suspeição.

“Mas o estado fica satisfeito porque, depois de mais de 180 dias, o TCE finalmente desatou essa questão e viabilizou a apreciação do que é de fato necessário, que é o mérito do contrato que a FNP, sobre a qual já promoveu a defesa escrita e vai acompanhar o julgamento”.

CASO DA MERENDA

Juiz quebra sigilos de tucanos

ESTADÃO CONTEÚDO
São Paulo

O desembargador Sérgio Rui da Fonseca, do Tribunal de Justiça de São Paulo, decretou quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Capez (PSDB), e de dois ex-assessores do governo Alckmin – Luiz Roberto dos Santos, o ‘Moita’, ex-Casa Civil, e Fernando Padula, ex-Secretaria de Educação.

Eles foram citados na Operação Alba Branca, investigação que desmontou quadrilha da merenda escolar. O acesso aos dados fiscais do deputado abrange desde o início de 2013.

A busca das informações bancárias de Capez abrange desde 1º de janeiro de 2014. A abertura de dados sigilosos alcança também um assessor e dois ex-assessores de Capez, apontados na investigação: Luiz Carlos Gutierrez, o Licá, Jeter Rodri-

gues Pereira e José Merivaldo dos Santos, o ‘Meriva’.

Computadores

A Justiça autorizou inclusive acesso aos computadores utilizados pelos aliados do presidente da Assembleia. Ao todo, o desembargador decretou a quebra do sigilo de 12 investigados, inclusive da cooperativa Coaf, de seus ex-diretores e de outras empresas usadas para fraudar licitações.

A decisão foi tomada na segunda-feira, 15, Sérgio Rui é o relator da Alba Branca no

Grampo mostra ‘Moita’ ligando para quadrilha de sua sala no Palácio dos Bandeirantes

TJ, Corte que detém competência para investigar parlamentares estaduais. Ele autorizou a abertura de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) contra Capez, ‘Moita’, Padula e integrantes da cooperativa Coaf por corrupção ativa e passiva, tráfico de influência e organização criminosa.

O procedimento investigatório vai ser conduzido pela Procuradoria Geral de Justiça sob crivo do Órgão Especial do TJ – colegiado formado por 25 desembargadores, os 12 mais antigos do Tribunal, 12 eleitos e o presidente.

O desembargador não acolheu apenas um pedido da Procuradoria – decretada da prisão preventiva de Marcel Ferreira Julii, apontado como lobista da Coaf, carro-chefe da organização que se infiltrou em pelo menos 22 prefeituras para fraudar licitações da merenda e superfaturar produtos agrícolas. A Coaf mirava tam-

bém em contratos da Secretaria de Educação de Geraldo Alckmin. Marcel está foragido desde 19 de janeiro, quando foi deflagrada a Alba Branca.

Contra ele já pesa uma ordem de prisão temporária, expedida pela Justiça da Comarca de Bebedouro, na região de Ribeirão Preto. Investigados ligados à cooperativa citaram o presidente da Assembleia como destinatário de comissão sobre valores de contratos com administrações municipais e com o estado.

O grampo da força-tarefa da Polícia Civil e do Ministério Público Estadual pegou contatos frequentes do lobista da organização com Luiz Roberto dos Santos, o ‘Moita’, braço direito do chefe da Casa Civil de Alckmin, Edson Aparecido – um dia antes de Alba Branca sair às ruas, ‘Moita’ foi afastado. O grampo pegou ‘Moita’, quando do PSDB, operando com a quadrilha.

CASO DA FILHA

Renan diz que não deu pensão com verba pública

FOLHAPRESS
Brasília

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que já prestou todos os esclarecimentos sobre o pagamento de pensão alimentícia a uma filha que o senador teve fora do casamento e disse que não houve o uso de dinheiro público no caso.

O senador teve uma filha com a jornalista Mônica Velloso, que, em 2007, afirmou que Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Junior, era o responsável por fazer o pagamento da pensão.

Três anos após a Procuradoria Geral da República ter oferecido denúncia contra o presidente do Senado, o STF (Supremo Tribunal Federal) vai julgar se abre ação penal. Se a acusação for acolhida pelo plenário do Supremo, Renan passa a ser réu, respondendo pelos cri-

mes de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso.

Inquérito

“Sobre essa matéria é preciso que se diga, primeiro, que quem pediu a investigação junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público foi eu. Eu, mais do que qualquer um, tenho total interesse que essas coisas se esclareçam. Isso não envolve dinheiro público. Foi um excesso, mas é uma questão pessoal que tem que ser preservada”, afirmou Renan ao chegar ao Senado.

Relator do caso, o ministro Luiz Edson Fachin liberou para a pauta de julgamento, no início do mês, o inquérito que apura se Renan usou dinheiro de empreiteira para pagar pensão a filha que teve fora do casamento. O escândalo, ocorrido em 2007, foi um dos fatores que levaram Renan a renunciar presidência do Senado na época.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÁ-BA

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - A COPEL do Mun. de Piatá, torna público o EDITAL Nº 008/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, MÓVEIS, AUTOMÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA para os PSFs da SEDE, DISTRITOS DE INUBIA, CABRALIA E POVOADO DA VEREDA. Conforme PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE Nº 12.0978180001140-01 do MINISTÉRIO DA SAÚDE. Tipo “menor preço por item”. Julgamento às 9:00hs de 20/02/2016, na sala de licitações, sede da Prefeitura, sito no Loteamento Jardim Catedral, Centro, Piatá/BA. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações e Contratos, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30hs às 11:30hs e das 14:30hs às 16:00hs, no período de 17/02/2016 a 26/02/2016, condicionado ao recolhimento de uma taxa de R\$ 100,00 (cem reais). Maiores informações na Sede da Prefeitura. Tel. (77) 3479-2130/2116, das 08h00min às 12h00min.

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016 - A COPEL do Mun. de Piatá, torna público o EDITAL T.P.001/2016, objetivando a execução de Obras/Serviços de Engenharia que objetiva a contratação de firma especializada para construção de uma CRECHE/PRE-ESCOLA – PROJETO PADRÃO TIPO 2 CONVENCIONAL do Programa PROINFANCIA – MEC/FNDE, a ser construído na sede deste município de Piatá/BA. Regime de execução “menor preço global”. Julgamento às 9:00hs de 03/03/2016, na sala de licitações, sede da Prefeitura, sito no Loteamento Jardim Catedral, Centro, Piatá/BA. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações e Contratos, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30hs às 11:30hs e das 14:30hs às 16:00hs, no período de 17/02/2016 a 02/03/2016, condicionado ao recolhimento de uma taxa de R\$ 100,00 (cem reais) Maiores informações na Sede da Prefeitura. Tel. (77) 3479-2130/2116, das 08h00min às 12h00min.

Piatá, 16 de Fevereiro de 2016
Denizilson Almeida - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBAJU

REFIFICAÇÃO. No aviso de licitação do PP 04/16, publicado em 03/02/16, seção 3, edição: 498 do Diário Oficial da União (Prestar) e a Tarde que originou tal verificação: horário de realização, Onde Se Le: 9h15a - Se: 13h, Pindobaju, 16/02/16.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VITORINO

PP 11/16. Dia 26/02/16 às 9h. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. Edital na CPL, Av. Gabriel Dantas, Novaes, 200, Centro, Tel. 73 35492545/2547/2146 de 8 a 12h, Edson Souza de Jesus, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUIPE

PP 14/16. Dia 29/02/16, às 8h. Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Mais Educação e Creches. PP 15/16. Dia 29/02/16 às 12h. Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição para uso diário e não para estoque de Fergers, ferimentos e materiais para soldagem. PP 16/16. Dia 01/03/16 às 8h. Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição para uso diário e não para estoque de pré-moldados e alfinetes, arame, brida e cimento. PP 17/16. Dia 01/03/16 às 11h. Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição para uso diário e não para estoque de materiais de limpeza. PP 18/16. Dia 02/03/16 às 11h. Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição de materiais de papelaria, informática e brinquedos pedagógicos. Info na CPL, R. Almir José de Oliveira, s/n, Centro, Riachão do Jacupe/BA, de 8 a 16h. Shirlene Soares Lial Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à merenda escolar. Abertura: 01/03/2016, às 15:00h. Valor do Edital R\$ 50,00. Local: Prefeitura Municipal, Informações: Setor de Licitações.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social. Abertura: 01/03/2016, às 16:30h. Valor do Edital R\$ 50,00. Local: Prefeitura Municipal, Informações: Setor de Licitações.
Ibititá - BA, 16 de Fevereiro de 2016.
Nailson C. Rocha Junior - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA-BA

Pregão Presencial SRP nº008/2016. O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa para sistema de registro de Preços para possível eventual fornecimento de medicamentos, material odontológico, laboratoriais, medicamentos controlados para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Casa Nova. Data da abertura: 26/02/2016 10:00 horas.
Pregão Presencial nº009/2016. O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa para o fornecimento de regime medicinal para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Casa Nova/BA. Data da abertura: 29/02/2016 11:30 horas, na sede da Prefeitura localizada na Praça Dr. Gilson Viana de Castro, s/n - Centro, Pregoeiro: Fábio Castro Dias Reis.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DA BAHIA - SPM/BA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Edital de Seleção de Projetos Nº 001 / 2016

A Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia – SPM/BA, torna público que SELEÇÃO DE PROJETOS para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência visando o apoio institucional/financeiro a projetos referentes ao **Março Mulheres 2016: Empowerment and Inclusão Social**, Processo Administrativo nº 6270160000219. Abertura: 16 de fevereiro de 2016.
Recebimento das propostas: a partir do dia 17/02/2016 até 17/03/2017 de segunda a sexta, no horário das 09h00 às 12h00 – das 14h00 às 17h00, no protocolo da SPM/BA ou via postal. **Aquisição do Edital:** disponível para download no site da SPM/BA no endereço www.mulheres.ba.gov.br. Informações e consultas: 3117-2815.

Salvador, Bahia, 16 de janeiro de 2016.
Comissão Especial – Seleção Pública

SPM